

Demonstrações Financeiras

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório do Auditor Independente

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gláucio Dutra da Silva', is written over the printed name.

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.245.775	1.939.769
Concessionárias e permissionárias	7	3.044.376	3.674.217
Estoques		570.138	570.138
Impostos a recuperar	8	1.228.646	1.222.853
Ativo financeiro amortizável	9	27.371.543	35.373.298
Outros ativos circulantes		314.183	75.667
		40.774.661	42.855.942
Ativo não circulante			
Títulos e valores imobiliários	6	4.347.392	4.524.336
Ativo financeiro amortizável	9	308.526.037	278.567.024
Outros ativos não circulantes		2.420.570	2.470.741
Imobilizado		19.325	-
		315.313.324	285.562.101
Total do ativo		356.087.985	328.418.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		1.035.312	1.054.874
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	9.508.444	9.406.552
Impostos e contribuições sociais	13	12.968.171	340.963
Taxas regulamentares	11	1.369.405	1.803.086
Dividendos propostos	14	13.438.119	13.416.927
Outros passivos circulantes		272.521	33.116
		38.591.972	26.055.518
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	134.634.964	136.723.661
Outras contas a pagar		-	72.705
Impostos diferidos	12	24.366.001	35.215.502
		159.000.965	172.011.868
Patrimônio líquido			
Capital social	15	156.285.490	156.285.490
Retenção de lucros		2.098.020	-
Reserva legal		111.538	-
Prejuízo acumulado		-	(25.934.833)
		158.495.048	130.350.657
Total do passivo e do patrimônio líquido		356.087.985	328.418.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	16	50.749.223	50.764.779
Custo da operação	17	<u>(4.104.011)</u>	<u>(1.877.139)</u>
Lucro bruto		46.645.212	48.887.640
Despesas gerais e administrativas	18	(95.222)	(805.121)
Perda por redução de valor recuperável	1	<u>-</u>	<u>(51.930.678)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		46.549.990	(3.848.159)
Resultado financeiro	19	<u>(15.066.176)</u>	<u>(18.499.751)</u>
Receita financeira		865.476	584.388
Despesa financeira		(15.931.652)	(19.084.139)
Resultado antes dos impostos		<u>31.483.814</u>	<u>(22.347.910)</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	(3.318.230)	(4.528.462)
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		<u>28.165.584</u>	<u>(26.876.372)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	28.165.584	(26.876.372)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>28.165.584</u>	<u>(26.876.372)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Lucro acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	156.285.490	941.539	13.416.927	-	170.643.956
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(26.876.372)	(26.876.372)
Transferência dos dividendos intermediários após aprovação de AGO de 30/04/2015	-	-	(13.416.927)	-	(13.416.927)
Absorção de prejuízos acumulados	-	(941.539)	-	941.539	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	156.285.490	-	-	(25.934.833)	130.350.657
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.165.584	28.165.584
Constituição de reserva legal	-	111.538	-	(111.538)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	2.098.020	(2.098.020)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(21.193)	(21.193)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	156.285.490	111.538	2.098.020	-	158.495.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro /(Prejuízo) do período antes dos impostos	31.483.814	(22.347.910)
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	15.162.078	17.190.496
Depreciação	268	3.561
Perda por redução de valor recuperável	-	51.930.678
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	21.114
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	629.841	(428.653)
Ativo financeiro amortizável	(21.957.258)	(16.300.205)
Estoques	-	(570.138)
Impostos a recuperar	(5.793)	(947.943)
Adiantamentos a fornecedores	(154.601)	57.499
Outros ativos	(106.316)	(2.481.196)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(19.562)	(2.753.275)
Tributos e contribuições sociais	(724.633)	(4.287.567)
Impostos pagos	(815.890)	(1.052.492)
Juros pagos	(8.041.123)	(8.497.395)
Taxas regulamentares	(433.681)	512.734
Outros passivos	239.273	(1.583.702)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>15.256.416</u>	<u>8.465.606</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Venda de imobilizado - intangível	-	(103.549)
Aquisição de imobilizado e intangível	(19.593)	-
Títulos e valores mobiliários	176.943	652.902
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	<u>157.350</u>	<u>549.353</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimo	-	1.000.000
Empréstimos e financiamentos pagos	(9.107.760)	(8.996.187)
Dividendos pagos	-	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(9.107.760)</u>	<u>(7.996.187)</u>
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa do período	<u>6.306.006</u>	<u>1.018.772</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>1.939.769</u>	<u>920.997</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>8.245.775</u>	<u>1.939.769</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

1. Informações gerais

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“Montes Claros” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511 - Centro - Rio de Janeiro.

A Companhia tem por objetivo social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão.

1.1. Mudança na participação acionária

Em 27 de outubro de 2014, à Administração de Montes Claros na época protocolou na ANEEL requerimento solicitando a anuência para praticar os atos necessários para transferência do controle societário da Companhia à SGBH. A aprovação ocorreu no mês fevereiro de 2015. Adicionalmente, foi solicitada a anuência junto ao BNDES para praticar os atos supracitados, para a qual aguarda retorno.

Em 1o de julho de 2015, a Companhia foi adquirida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia foi adquirida pelo valor de R\$122.299.000. Na avaliação do valor justo da Companhia pela controladora SGBH foi efetuado um ajuste de R\$51.930.678 no ativo financeiro amortizável.

1.2. Da Concessão

Em 19 de janeiro de 2010, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A., acionista da Companhia à época, foi declarada vencedora do Leilão Público da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 005/2009 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica. Depois da aprovação da ANEEL, a Lintran do Brasil Participações S.A. passou a ser acionista majoritária da Companhia.

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, por meio ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2010 pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais:

- a) Linha de transmissão 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 162 km, com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Montes Claros 2.
- b) Subestação Itabirito 2 em 500/345 kV - 560 MVA.
- c) Subestação Padre Fialho em 345/138 kV - 150 MVA.
- d) Entradas de linha e interligação de barras, barramentos, compensador estático, transformador defasador 138/138 kv 150 MVA, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, projeção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

As instalações de transmissão descritas acima entraram em operação comercial em maio de 2013 (linha de transmissão em setembro de 2012 e subestação Padre Fialho em maio de 2013), exceto a subestação Itabirito 2, que iniciou suas atividades comerciais em 09 de agosto de 2014 e teve a conclusão da sua construção em junho de 2014.

São ainda de responsabilidade da Companhia:

- e) SE Itabirito 2 - Trecho de linha de transmissão em 500 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 2 km, entre o ponto de seccionamento da LT, em 500 Kv São Gonçalo do Pará - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 1 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 Kv Jeceaba - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações São Gonçalo do Pará, Ouro Preto 2 e Jeceaba;
- f) SE Padre Fialho - Trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 0,10 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 Kv Vitória - Ouro Preto 2 e a SE Padre Fialho; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Vitória e Ouro Preto 2.

Os equipamentos e instalações descritos nos itens (e) e (f) deverão ser transferidos sem ônus para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. e para Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente, concessionárias de transmissão proprietárias das subestações e das citadas linhas de transmissão que serão seccionadas.

1.3. Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP será revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado a partir de julho de 2011 levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 918/2015, estabeleceu a RAP em R\$31.432.865 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 30.641.808 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 10 de março de 2017.

2.1. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

3.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

3.3. Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

3.4. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

3.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Em 2015 a tributação do imposto de renda e contribuição social foi feita tendo como base o lucro real.

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Em 2016 o regime de tributação do imposto de renda e contribuição social foi alterado para o lucro presumido.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$60.000 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.10. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

3.11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos e financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

3.12. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bancos	3.080.747	1.936.469
Aplicações financeiras	5.165.028	3.300
	<u>8.245.775</u>	<u>1.939.769</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Conta reserva - financiamentos	4.347.392	4.524.336
	<u>4.347.392</u>	<u>4.524.336</u>

Saldo se refere a conta reserva para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES").

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	2.861.298	3.449.535
Vencidas até 30 dias	12.839	75.265
Vencidas até 60 dias	6.851	7.167
Vencidas até 90 dias	2.881	58.377
Vencidas há mais de 90 dias	181.621	104.987
	<u>3.065.490</u>	<u>3.695.331</u>
(-) PCLD	(21.114)	(21.114)
	<u>3.044.376</u>	<u>3.674.217</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	(21.114)	-
Adição de provisão	-	(21.114)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(21.114)</u>	<u>(21.114)</u>

8. Impostos a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
IRPJ	740.211	737.931
CSLL	411.964	408.451
Outros	76.471	76.471
	<u>1.228.646</u>	<u>1.222.853</u>

9. Ativo financeiro amortizável

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante	27.371.543	35.373.298
Não circulante	308.526.037	278.567.024
	<u>335.897.580</u>	<u>313.940.322</u>

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme notas explicativas 1.1 e 1.2) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro.

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

10. Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

<u>Descrição</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantidor</u>	<u>Encargos</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
BNDES - Subcrédito A	05/2012	01/2027	(i)	TJLP + 2,58% a.a.	71.046.575	76.986.335
BNDES - Subcrédito B	05/2012	01/2027	(i)	TJLP + 2,18% a.a.	21.783.394	23.604.568
Debêntures	08/2012	04/2029	(ii)	IPCA + 8,75% a.a.	51.313.439	45.539.310
					144.143.408	146.130.213
Circulante					9.508.444	9.406.552
Não circulante					134.634.964	136.723.661
					144.143.408	146.130.213

BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos A e B

Nos valores originais de R\$93.800.000, R\$28.700.000, respectivamente, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de TJLP + 2,58% e TJLP + 2,18% ao ano respectivamente, a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 e 148 meses respectivamente, com início em 15 de fevereiro de 2013 e término em 15 de janeiro de 2027 respectivamente.

BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos C

Atendendo à exigência do Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES, o valor de R\$620.000,00 com a incidência de TJLP que deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para recuperação da Micro bacia do Córrego João Moreira e a melhoria da qualidade de vida dos moradores da comunidade.

(i) Garantias - BNDES

- Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros) – Empréstimo BNDES:

	<u>Amortização</u>
2018	9.371.005
2019	9.505.475
2020	9.642.183
2021 - 2027	106.116.301
	<u>134.634.964</u>

c) Covenants

A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes, para ambos os contratos. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

(ii) **Garantias - Debêntures**

As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

Banco BNP Paribas - Debêntures

Emissão de debêntures no dia 15 de agosto de 2012 no valor de R\$25.000.000, sendo a primeira amortização em 15 de julho 2020 com o término em 15 de abril de 2029.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa juros equivalentes a IPCA + 8,75 a.a.

As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização (vide nota explicativa 6).

Essas debêntures não são conversíveis em ações.

11. **Taxas regulamentares**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva global de reversão (RGR) (i)	704.490	1.295.486
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	188.935	179.208
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	475.980	328.392
	<u>1.369.405</u>	<u>1.803.086</u>

(i)

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

(ii) RGR

Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410 de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017.

(iv) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

12. Impostos diferidos passivos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos diferidos passivos	24.366.001	35.215.502
	<u>24.366.001</u>	<u>35.215.502</u>

Os saldos são referentes a: (i) registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão; (ii) PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção). Será realizada de acordo com o recebimento da receita da referida obras (ativo imobilizado da concessão).

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

13. Impostos a pagar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IRPJ	11.036.570	-
CSLL	1.762.097	3.390
PIS	12.726	46.016
COFINS	46.338	200.035
Outros	110.440	91.522
	<u>12.968.171</u>	<u>340.963</u>

14. Provisão para contingência

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, subscrito e integralizado é de R\$156.285.490, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais estão totalmente integralizadas em moeda corrente do país.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<u>2016 e 2015</u>
SGBH	100%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	28.165.584	(26.876.372)
Absorção de prejuízo	(25.934.833)	-
Reserva legal (5%)	(111.538)	-
Base de cálculo para os dividendos	<u>2.119.213</u>	<u>-</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>21.193</u>	<u>-</u>

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

16. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta	52.700.005	49.864.507
Receita de operação e manutenção	4.302.229	1.880.790
Remuneração dos ativos financeiros	43.193.026	47.983.717
Outras	5.204.750	-
Deduções da receita operacional	(1.950.782)	900.272
PIS	(134.700)	381.909
COFINS	(621.693)	1.755.624
RGR	(781.277)	(839.037)
P&D	(288.716)	(291.011)
TFSEE	(124.396)	(107.213)
	<u>50.749.223</u>	<u>50.764.779</u>

17. Custo da operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	1.708.855	151.909
Material	159.057	4.818
Serviços de terceiros	1.240.945	164.683
Arrendamentos e aluguéis	5.175	429
Seguros	78.365	70.534
Tributos	13.229	12.296
Custo de operação e manutenção	228.632	798.781
Outras	669.753	673.689
	<u>4.104.011</u>	<u>1.877.139</u>

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	207.751	11.854
Material	6.212	8.822
Serviços de terceiros	368.271	822.034
Arrendamentos e aluguéis	-	2.991
Recuperação de despesas	(508.319)	(253.559)
Tributos	5.959	5.642
Depreciação e amortização	268	3.561
Outras	15.080	203.776
	<u>95.222</u>	<u>805.121</u>

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

19. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita financeira	865.476	584.388
Receitas de aplicações financeiras	863.297	545.898
Variação cambial	-	36.459
Outras receitas financeiras	2.179	2.031
Despesa financeira	(15.931.652)	(19.084.139)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.251.081)	(16.843.615)
Variações monetárias	(1.374.869)	(403.611)
Comissões	(12.988)	(1.582.886)
Outras despesas financeiras	(292.714)	(254.027)
	(15.066.176)	(18.499.751)

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.245.775	1.939.769
Concessionárias e permissionárias	7	3.044.376	3.674.217
Ativo financeiro amortizável	9	335.897.580	313.940.322
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	144.143.408	146.130.213
Fornecedores - terceiros		1.035.312	1.054.874

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

20.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	2016 (Lucro presumido)
Receita de Operações	31.251.066
Adoção Inicial – Lei 12.973	56.547.973
Receita bruta	87.799.039
Base de cálculo (8%)	7.023.923
Outras receitas	865.476
Base de cálculo	7.889.399
IR devido	(1.948.350)
(+) IR diferido	(19.210)
Total de IRPJ	(1.967.560)
	2016
Receita de Operações	31.251.066
Adoção Inicial – Lei 12.973	56.547.973
Receita bruta	87.799.039
Base de cálculo (12%)	10.535.885
Outras receitas	865.476
Base de cálculo	11.401.361
IR devido	(1.026.122)
(+) IR diferido	(324.548)
Total de IRPJ	(1.350.670)
	(3.318.230)
	2015 (Lucro Real)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(22.347.910)
Alíquota nominal	7.598.289
Adições e exclusões não dedutíveis	
Perda por redução de valor recuperável	(17.663.609)
Receitas (despesas) não dedutíveis	(556.032)
Outros	(353.308)
Diferenças temporárias pela aplicação do IFRIC 12	6.446.198
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(4.528.462)

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

22. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	303.815	231.986
Seguro patrimonial	Risco operacional	222.901.189	126.604.341
Veículos	Carros	20.584	6.151
		<u>223.225.588</u>	<u>126.842.478</u>